

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2008:** _____

---Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e oito, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Emídio Real de Moraes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
António Maranhão Peixoto,
Orlando Martins Capitão,
Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,
Manuel Sérgio Miranda Zão,
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,
José Manuel Neiva da Cruz,
Armando Luís Lopes Martins em substituição de António Veiga de Araújo,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
António Manuel Rossas Pereira,
António Pilar Ferreira,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
António Luís Faria da Costa Ribeiro,
Maria Aurora Hipólito Silva em substituição de José Luís da Silva Ribeiro;
Emílio Moreira dos Santos Dias,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
José Artur Saraiva Marinho,
António Vendeiro Catarino,
António Benjamim da Costa Pereira,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
José Maria Losa Esteves,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo vinte e uma horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta. -----

---Verificou-se, entretanto, a ausência do seguinte elemento:

António Viana da Cruz.

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Tomou a palavra Albino Neiva, tendo feito a seguinte intervenção que vai ser transcrita:

“Por diversas vezes temos subido a esta tribuna para mostrar a nossa indignação perante as atitudes dos nossos governantes.

Se é que podemos aprender alguma coisa com aqueles que de Lisboa mostram ao mundo em tom parnasiano, quanto suor e sangue perdem na ânsia de desenvolver Portugal, quantos sorrisos amarelos, sapos e saramelas têm que engolir para agradar a exóticos ditadores em potência, é verdade que, de facto, nos ensinam excelentes técnicas do faz de conta, da retórica, da publicidade enganosa.

Recentemente assistimos a um cortejo de vaidades – de políticos e seus súbditos na abertura oficial do novo Ano Escolar. Dois ou três edifícios remodelados e considerados Escolas Modelo. Tudo cheirava a tinta fresca mas, infelizmente, poucos ou nenhuns docentes aclamavam o cortejo. A Senhora Ministra – cujo ar é incomensuravelmente muito mais enigmático do que o da Mona Lisa nem reparava no rosto de preocupação dos docentes que se vêm desorientados, sem voz, atraídos por sindicatos que se vendem a troco de promoções, que se vêm entulhados com documentos ilegíveis, grelhas e mais grelhas, pasme-se - portefólios desnecessários e de duvidosa validade científica, e ninguém lhes pergunta se querem, de facto, exercer uma actividade de rigor pedagógico, de enriquecimento científico-pedagógico, se gostariam, acima de tudo, de serem considerados bons educadores e professores e, porque não, exercer com dignidade uma profissão que abraçaram.

Disso nada se falou. Isso nem sequer faz parte da agenda dos nossos governantes.

Arregaçaram-se as mangas – e as televisões vibraram com essa atitude “Hugochaviana” para afirmar que ainda falta habilitar com a Escolaridade obrigatória e 12.º ano cerca de 3 milhões de portugueses - o que vai acontecer através das Novas Oportunidades.

Afirma-se a bom som que se pretende criar uma geração Hi-Tec - certamente por oposição à que era denominada de Geração Rasca. Distribuíram-se a esmo os famosos Magalhães que, com a segurança e vigilância que temos nas escolas, vai ser mais um motivo de preocupação

para os pais e professores. Voltou-se a afirmar que todo o País tem acesso facilitado à banda larga, que as Escolas devem ser promovidas de Wireless. Longe de estarmos contra as novas tecnologias e o seu uso no ensino. Gostaríamos que o Governo soubesse definir prioridades na área da Educação. Toda a nossa vida tem um percurso gradual de enriquecimento, etapas diferentes de formação, níveis e patamares que devem ser vencidos com segurança e firmeza de conhecimentos. Deixemos de pensar constantemente nas estatísticas. Pedimos ao governo para, de uma vez por todas, abandonar as suas atitudes narcisistas que não levam a nada.

Caros Colegas

Há dias. Mais uma vez, fomos surpreendidos e talvez não, com o discurso de um governante que afirmou que agora sim – as portagens na A28 vão ser uma realidade para breve.

Então não foi o Senhor Ministro que disse à Comissão Intermunicipal de Utentes da A28 que enquanto não houvesse alternativa à N. 13, enquanto essa estrada não fosse requalificada, enquanto se não estudasse um sistema fiável e eficaz de pagamento de portagens - o famoso chip, estas não seriam implementadas? Como é? Vamos continuar a acreditar nesta espécie de Sócráticos que teimam em errar e só depois querer a verdade?

Para nós já chega de fanfarronice.

Ao contrário de Hugo Chaves não me interessa o Lino ou Pinho “carago”, interessa-me que o nosso País, as nossas Instituições, o nosso concelho mereça respeito e maior consideração por parte de quem nos governa.”

Continuando no uso da palavra apresentou um voto de pesar pelo falecimento do sogro do deputado municipal António Maranhão Peixoto, voto este que foi subscrito por todos os grupos parlamentares.

Seguidamente apresentou um voto de congratulação e de felicitação pela nomeação do Eng^o António Fernando Couto dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal de Esposende, como Cônsul Honorário da Federação Russa para o Porto e Norte de Portugal, bem como propôs que deste voto seja dado conhecimento ao Embaixador da Federação Russa em Portugal.

Interveio seguidamente Manuel Arezes, tendo dado conhecimento de uma reunião que hoje se realizou entre representantes das assembleias municipais dos Municípios por onde passa a A28, tendo também dado a conhecer as principais decisões que entretanto foram tomadas e directamente relacionadas com a eventual introdução de portagens nessa via.

Interveio seguidamente Pedro Saleiro tendo questionado se já houve algum avanço quanto à elaboração de um estudo de impacto económico dessa media – introdução de portagens na A28 – uma vez que, já em tempos tinha ficado decidido que as câmaras municipais desses Municípios iriam avançar com tal estudo.

Manuel Arezes interveio novamente informando que esse estudo está ainda em aberto tendo sido, nesta fase realizados alguns trabalhos, designadamente um estudo sobre a sinistralidade antes e depois da A28.

Interveio Manuel Carvoeiro referindo que regista com agrado a diligente e expedita reacção das assembleias municipais à notícia muito recentemente trazida a público sobre a eventual introdução de portagens já no início de 2009, referindo ainda que espera que essa atitude se mantenha de futuro.

Continuando no uso da palavra, Manuel Carvoeiro apresentou uma moção, uma proposta e duas recomendações, cujo teor infra se transcreve:

Moção:

“Contra as propostas de revisão do Código de Trabalho apresentadas pelo Governo PS.

A política económica levada à prática pelo Governo PS continua centrada na redução do défice público e na redução dos direitos sociais. O país está cada vez mais longe da média de União Europeia. Veja-se o significativo aumento do custo de vida para a larga maioria da população: bens de primeira necessidade como o pão e o leite, habitação (com os consecutivos aumentos das taxas de juros), saúde, educação, electricidade, gás, água, telefone, de entre outros.

Com o permanente aumento do custo de vida, os trabalhadores e pensionistas e idosos continuam a ser prejudicados, desde logo, os que têm menores rendimentos. O endividamento atinge níveis preocupantes e estrangula os orçamentos familiares.

O peso dos salários na repartição do rendimento nacional caiu para 40,4% e Portugal tornou-se o país campeão das desigualdades na União Europeia.

Continuamos a assistir a mais encerramento de empresas. Aumenta o desemprego e com ele a pobreza. Mas aumenta também a pobreza mesmo entre quem trabalha e tem como vencimento mensal o salário mínimo nacional ou anda nas suas margens.

É neste contexto que o actual Governo, à revelia das suas promessas eleitorais, através das quais afirmou alterar os aspectos negativos do Código de Trabalho em vigor e aprovado pelo anterior Governo PSD/CDS/PP, se apressou a apresentar à Assembleia da República a Proposta de Lei nº 216/X, a qual foi no dia 18 deste mês de Setembro aprovada, na generalidade, apenas com os votos do PS. Com esta revisão do Código de Trabalho é atacada a conquista histórica do horário de trabalho. Sob a forma de adaptabilidade, banco de horas, horário concentrado ou outras, o que está em causa é possibilidade de, quando o empregador quiser, pôr o trabalhador a trabalhar mais duas ou quatro horas por dia, sem ter de pagar horas extraordinárias. Se as intencionalidades do Governo PS se concretizarem, o tempo do trabalhador ficará à mercê do patrão. Com este banco de horas o empregador passará, pois, a dispor da vida do trabalhador, podendo exigir-lhe que num dia trabalhe 12 ou 14 horas, no dia seguinte fique em casa, no outro dia comece a jornada de trabalho às 14 horas e termine à meia-noite e no dia seguinte inicie o trabalho logo ao romper da aurora (6.00h da manhã, por ex.º), com o seu termino às 16.00h-17.00horas. Este é o cenário que se coloca ao mundo do trabalho. Desta forma, será gravemente afectada a compatibilização com a vida pessoal e familiar, designadamente o apoio aos filhos.

Ademais, como as horas extraordinárias deixarão de ser pagas, diminuirão as remunerações dos trabalhadores, em alguns casos em cem euros mensais ou mais, e as entidades patronais estimuladas a recorrer à sobre-utilização dos trabalhadores, em detrimento da criação de mais postos de trabalho, contribuindo para aumentar o desemprego.

O Governo PS quer criar todos os mecanismos para fazer caducar a contratação colectiva e o vasto conjunto de direitos que esta consagra. Desrespeitando o plasmado na Constituição Laboral, o princípio do tratamento mais favorável ficará comprometido e a legislação do trabalho deixará de ser uma protecção mínima.

O Governo PS oferece ao patronato a facilitação dos despedimentos (simplificação do processo, redução do período de contestação, disponibilidade do estado para pagar custos que caberiam ao patronato), incentivando-o ao despedimento fácil, rápido e barato.

Ao mesmo tempo que se diz preocupado com a precariedade, o Governo PS, na prática legaliza-a, generaliza-a e abre uma área de negócio para as grandes empresas, à custa da

Segurança Social. Introduce novas figuras de contrato precário, como o contrato de trabalho intermitente e alarga o período experimental de 90 para 180 dias.

O Governo PS favorece o poder patronal e assume uma posição anti-sindical, tentando impor o condicionamento dos tempos sindicais e acabar até com a obrigatoriedade da entidade patronal fazer o desconto automático da quotização sindical do trabalhador, quando este o desejar.

A gravidade do conteúdo desta proposta de Lei exige uma forte e combativa resposta em ordem à promoção de uma mais justa repartição do rendimento e aproximação ao nível de vida médio da U.E.

Não se pode continuar a apostar no lucro fácil, na mão-de-obra barata, precária e pouco qualificada e no desrespeito pela dignidade da pessoa. Urge mudar de atitude, mudar de políticas.

Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em 29 de Setembro de 2008, delibera:

- Dizer, NÃO à pobreza de Portugal e dos portugueses, bem como daqueles que cá vivem e trabalham;*
- Rejeitar o conteúdo da proposta de alteração da legislação laboral, pela sua gravidade e pelo retrocesso económico e social que causaria ao país;*
- Reclamar a revisão das normas mais gravosas do Código do Trabalho com vista a assegurar a defesa do direito do trabalho e da contratação colectiva, enquanto instrumentos de progresso social capazes de romper com um perfil de desenvolvimento assente em baixos salários, baixas qualificações e muita precariedade.*
- Remeter a presente moção aos órgãos de Soberania: Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Centrais Sindicais CGTP-IN e UGT.*
- Divulgar esta moção junto dos Esposendenses através do site do Município, do boletim municipal e, também, na imprensa local.”.*

Proposta:

“Organização de uma audição sobre a situação económica e social do Concelho de Esposende.

Nos tempos que correm vive-se uma grave situação social e económica no Distrito de Braga, verificando-se uma das mais altas taxas de desemprego do país. Neste quadro, uma das zonas mais flageladas é o Vale do Cávado. Aqui, importa salientar a situação do nosso concelho: centenas de trabalhadores emigram, nomeadamente para a Galiza. Em Esposende, há um conjunto de empresas que evidenciam grandes dificuldades, ameaçando lançar no desemprego largas dezenas de trabalhadores. Acresce ainda que algumas empresas do ramo têxtil deste concelho procedem ao pagamento dos salários com atrasos significativos, situação geradora de dificuldades acrescidas para os seus trabalhadores.

Assim, a Assembleia Municipal de Esposende delibera, na sua reunião de 29 de Setembro de 2008, organizar, a curto prazo, uma audição pública, com a presença de trabalhadores, empregadores, dirigentes sindicais, representantes das associações patronais e especialistas nas matérias laborais, procurando, por esta via, conhecer, de forma rigorosa, a situação social e económica do concelho, assumindo uma atitude pro-activa, na perspectiva de contribuir para a melhoria das condições de vida dos Esposendenses.”.

Recomendação:

*“Para que se proceda à sinalização de poços em campos agrícolas.
Durante muitos anos, a intensa actividade agrícola, marcada, designadamente pela produção de produtos hortícolas, levou à abertura de muitos poços como forma de assegurar o regadio das culturas. Esta situação aconteceu com particular enfoque nos campos localizados na faixa mais litoral do nosso concelho. Com o definhar da agricultura e o conseqüente abandono da terra, muitos destes poços deixaram de ser utilizados. Hoje, muitos deles, cobertos pela vegetação que cresce, constituem um verdadeiro perigo, porquanto não estão devidamente sinalizados. Não se sabe, pois, onde se localizam e qual a sua profundidade. É bom lembrar que um cidadão deste concelho, há alguns anos, perdeu a vida, ao cair num poço sem qualquer protecção. Trata-se de uma realidade, problemática que preocupa muita gente, a qual deve merecer a mais elevada atenção por parte da Câmara Municipal.
Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, na sua reunião de 29 de Setembro de 2009, delibera recomendar à Câmara Municipal que, através do Gabinete de Protecção Civil, seja efectuado um levantamento dos poços existentes no concelho, designadamente nos campos abandonados e se adoptem as medidas necessárias e adequadas tendentes a evitar que tais poços continuem a constituir situações de grande perigosidade.”.*

Recomendação:

*“Para que não se alienem os edifícios devolutos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo e se assegure a sua utilização para fins públicos ou pelo movimento associativo.
A construção de novos centros educativos conforme decorre da carta educativa do nosso concelho, fará com que vários dos actuais edifícios da educação pré-escolar e do 1.º Ciclo fiquem, a curto prazo, devolutos. Ora, tais edifícios têm, para muita gente, um elevado valor afectivo. O nosso imaginário dos tempos de meninice está, inexoravelmente, ligado a tais edifícios, aos seus espaços, aos seus logradouros. Ademais, constituem um património público que importa preservar.
Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, na sua reunião de 29 de Setembro de 2008, recomenda à Câmara Municipal que não proceda à alienação a privados dos edifícios da educação pré-escolar e do 1.º ciclo que venham a ficar devolutos, em resultado da construção dos novos centros educativos, nomeadamente o JI e EBI do Ramalhão em Fão.
Mais recomenda que, no futuro próximo, os mencionados edifícios sejam utilizados por entidades públicas que pontificam no nosso concelho ou pelo movimento associativo local.”.*

Seguidamente Orlando Capitão fez a seguinte intervenção cujo teor se transcreve:

*“Terminou mais uma época balnear. É sempre conveniente ponderar o passado para preparar o futuro.
Relativamente à Praia de Suave Mar, nesta última época de praia, foi mais que evidente a necessidade de tomar algumas medidas para melhorar, no futuro, as condições de acesso, designadamente no trânsito e estacionamento nos arruamentos mais próximos, em especial os localizados entre Avenida Padre Sá Pereira e a Avenida de Banhos.
À medida que os banhistas chegavam iam estacionando os seus carros de qualquer maneira, ocupando ambos os lados das ruas, deixando apenas, a meio, um espaço muito estreito por onde poderia passar apenas uma viatura. Ao entrar numa rua, não se avista toda a sua*

extensão, não sendo possível ver se vem já algum carro do lado oposto.

Ocorreu com frequência, uma fila com dois ou três carros, a meia de uma rua, deparar com outros carros que vêm na sua direcção. O cruzamento é impossível. O espaço deixado pelos carros estacionados de um e outro lado não o permite. A confusão era grande. A situação foi, por vezes, caótica. E, para algumas pessoas que nos visitavam, o dia começava mal.

Esta confusão é maior nas ruas localizadas a poente da Rua da Redonda, mas também se verifica aí, quando há, como há sempre, nessa quadra, em fins de semana, carros estacionados num dos lados.

Isto parece de fácil solução. Bastará regulamentar, nessa zona, o estacionamento e o trânsito.

Esta situação já não é de agora. Mas seria bom que no próximo ano não se repetisse.

Deixo este assunto à consideração da Câmara Municipal e aos membros desta Assembleia.

Se me permitem, acrescento mais uma nota:

Algumas daquelas ruas têm o pavimento em macadame já muito antigo ou, melhor dizendo, não têm pavimento. Quando os “banhistas” regressam aos seus carros, ao fim do dia, encontram-nos cobertos de pó. E acabam por levar com eles imensa terra de Esposende.

Concluo, com tristeza.

O mar leva-nos a areia e os banhistas levam-nos a terra!

Um mail do senhor Presidente da Câmara, enviado no dia 24 do passado mês de Junho, transmitia uma informação da Escola de Kitesurf, segundo a qual alguns organismos do Estado estavam a colocar entraves à prática desse desporto na Foz do Cávado. Achei muito estranho, dado que dessa prática não me parece resultar prejuízo algum para o meio ambiente. Parece-me que até o enriquece.

Nos meses de Julho e Agosto verifiquei que tal prática, em vez de parar, se manteve e até cresceu consideravelmente, para gozo dos praticantes e para satisfação de quem passava pela Avenida Marginal ou se encontrava na Foz e na zona ribeirinha do Cávado.

O senhor Presidente da Câmara não nos indicava que organismos do Estado estariam a criar entraves à prática deste entusiasmante desporto. Não nos foi dito até agora se esses organismos acabaram por reconhecer tal prática de indiscutível interesse para Esposende.

O espectáculo que a prática de kitesurf nos proporciona, sobretudo nos fins de semana, quando o número de praticantes é mais elevado, constitui uma verdadeira atracção turística. Basta ver como prende a atenção de quem por cá passa nessa altura.

Poderá o Sr. Presidente da Câmara dizer-nos que organismos do Estado foram esses e se há alguma garantia de que tais entraves não voltarão a ser colocados no futuro?

Penso que a Câmara Municipal e esta Assembleia não deverão permitir, que arbitrariamente, sejam eliminadas práticas de indiscutível promoção turística da nossa terra. ”

Tomando o uso da palavra João Nunes fez a seguinte intervenção cujo teor se transcreve:

“1 -Em Fevereiro de 2008, nesta Assembleia Municipal, (Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara) souberam os Senhores Deputados municipais, da intenção da Câmara Municipal em promover uma campanha de redução de resíduos sólidos urbanos no concelho.

Foi ou seria lançado pelo Município um concurso público, no sentido de sensibilizar a população para a necessidade de reduzir ou travar a produção de lixo, e, ao mesmo tempo, ter-se-á feito o apelo ao aumento da recolha selectiva – resíduos separados e depositados nos ecopontos -. (cartão/papel, plásticos, metal, vidro)

Não se sabe se, aquelas iniciativas, tiveram êxito, mas levando em consideração as altas taxas do “lixo” que os Municípios já pagam, e, ainda a pretensão da Câmara Municipal em as aumentar, entendemos que o bom senso aconselharia uma melhor ponderação para o seguinte: Fazer recolha selectiva do lixo, levá-lo aos ecopontos, e ver subir anualmente o custo dessa tarifa, não é incentivo nem a melhor forma de envolver mais Municípios nesse processo.

Salvo melhor opinião, é preciso rever, mas rever em baixa, as tarifas do lixo.

2 – Para além dos lixos, também foi anunciada a preocupação e a intenção de recolha de óleos alimentares usados.

Uma iniciativa que, seguramente, todos aplaudiram e aprovam, não só pela contribuição para a diminuição de problemas ambientais, - óleos que deixam de ser lançados nas redes de esgotos, no solo, meio hídrico e nas redes de drenagem de águas residuais - , mas também porque a partir da sua reciclagem, esse óleos serviriam para a produção de biodiesel.

Assim, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara, nos informe, se possível, nesta Assembleia, se, os quatro pontos então criados – Mercado Municipal, armazém da Esposende Ambiente, Juntas de Freguesia de Forjães e Apúlia – já deram origem a algum litro do novo carburante e se há alguma viatura do Município de Esposende a beneficiar dessa nova produção.

3 – Depois de saltitar de orçamento em orçamento, a rubrica “Construção de 8 habitações unifamiliares para a Habitação Social em Apúlia” fomos surpreendidos, ao ler a Acta nº 14/2008 de 19 de Junho da Câmara Municipal, onde, para além da Rescisão do Contrato da Concessão, o Município ainda pagará ao Adjudicatário, uma indemnização no valor de 48.764€,

Gostariamos de ser informados, acerca de: 1) Porque se rescindiu aquele contrato; 2) Porque se pagou aquela indemnização.

4 – Como é do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais, a contratação de empréstimos de médio/longo prazo, necessita da aprovação da Assembleia Municipal.

É a lei que o impõe.

Na Acta nº 12/2008 de 29 de Maio da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores aprovaram “alteração ao contrato de um empréstimo de médio/longo prazo”, não se sabendo a que contrato se refere, e, que tipo de alteração foi aprovada.

Porque se trata de um documento votado em Sessão da Assembleia Municipal, é nosso entendimento que o Executivo, até poderá introduzir alterações, mas tem que as apresentar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Assim, solicitamos à Mesa desta Assembleia, as diligências necessárias, para que exija, que o documento em questão, volte a ser analisado e votado na próxima Sessão da Assembleia Municipal, apelando ao mesmo tempo, que sejam assinaladas, as modificações introduzidas pelo Executivo”.

Seguidamente Pedro Saleiro fez a seguinte intervenção cujo teor se transcreve:

“Eu gostava que jogar no Euromilhões fosse tão certo como prever certos comportamentos nesta Assembleia, sobretudo do PSD e do PCP, que no seu afã de encontrarem temas de desconforto para o Partido Socialista vêm sempre aqui com o estafado discurso da queixa, da vitimização: “ai Jesus que isto vai tão mal, que o Governo é péssimo”.

Começava pela intervenção do Sr. Deputado Albino Neiva.

O senhor Deputado falou sobre a educação e eu achei muito curioso que a linha discursiva que construiu foi toda à volta de falar dos professores. Eu tenho pena que, quando fala do sistema de ensino, não fale dos alunos; porque as políticas de ensino que estão a ser construídas por este Governo visam essencialmente os alunos, e é necessário que os professores entendam de uma vez por todas que a construção de uma política, realmente eficaz de ensino, vai exigir sacrifícios de todos e os professores são parte desse sacrifício.

Senhor Deputado: não resisto em dizer-lhe uma coisa, falou aqui na troca da Geração Hi-Tec pela Geração Rasca. Nós sabemos muito bem qual foi o Governo que conduziu à criação da Geração Rasca, nomeadamente no Ensino Superior.

Senhor Deputado Manuel Carvoeiro, gostava de deplorar mais uma vez a sua intervenção sobre o Código Laboral. O Senhor Deputado não hesita em usar a mais desbragada propaganda e até, desculpe que lhe diga, mentira política, para vir aqui tentar pintar um quadro negro relativamente às relações do trabalho no nosso país, decorrentes da revisão da lei laboral que está em curso. Senhor Deputado, desde logo, não é verdade que o banco de horas permita que o trabalhador trabalhe até às tantas da noite e no dia seguinte tenha que estar na empresa às 8,00h ou às 9,00h da manhã. Isto pura e simplesmente não é verdade porque as normas relativas às pausas entre períodos de trabalho continuam intocadas. Além disso Senhor Deputado, também não é verdade que as horas extraordinárias deixarão de ser pagas. As horas extraordinárias continuam a ser pagas; a forma de cálculo do montante relativo às horas extraordinárias é que foi modificado, o que não quer dizer que deixem de ser pagas, porque os limites máximos de trabalho permanecem e portanto, Senhor Deputado, não é verdade aquilo que acabou de dizer. Mas aquilo que mais me choca é a preposição que isto é uma política anti-social, porque isso é mentira. Não há nenhuma evolução na legislação laboral que vá tanto contra, por exemplo, a precarização das condições de trabalho como vai esta. Desde logo porque prevê medidas específicas de combate aos recibos verdes, porque prevê que, por exemplo, os recibos verdes passem a pagar contribuições para a Segurança Social, o que até aqui não acontecia. Era uma responsabilidade que incorria exclusivamente por conta do trabalhador e, a partir de agora, passa a haver uma responsabilidade também da entidade patronal para contribuir para o Sistema de Segurança Social. Esta será uma das medidas que certamente será mais dissuasiva da contratação através de recibos verdes, da mesma forma que, relativamente às contribuições para a Segurança Social, são penalizados, em termos de taxas de incidência contributiva, os contratos a prazo relativamente aos contratos sem termo, porque quem contratar sem termo; vai pagar muito menos Segurança Social, porque há uma beneficiação nas taxas, do que aqueles que contratarem em contratos de trabalho a prazo. Portanto, temos medidas práticas no sentido de contrariar a precarização. Como é óbvio, o partido socialista, não pode deixar de votar contra a Moção que apresentou a este propósito.”

Interveio seguidamente José Felgueiras tendo feito a seguinte intervenção que vai ser transcrita:

“Senhor Presidente da Câmara não é meu costume, confesso, ler em pormenor as Actas das Reuniões da Câmara Municipal. Fi-lo desta vez, cheio de boa vontade, ciente de que ia cumprir o dever de estar bem informado, como bem o deve fazer um actualizado autarca, mesmo sobre tudo aquilo que lhe não diz respeito directamente, o que não é o caso.

Sabendo que cada sessão tem uma acta de meia dúzia de folhas, nem assim desanimei, tão ciente estava de que tal sacrifício valia a pena, quanto mais não fosse, pela grata compensação do dever cumprido.

A Acta a que me refiro, tem o n.º 16/2008 e diz respeito à reunião ordinária de 17 de Julho p.p. O motivo da minha intervenção aqui, insere-se no teor do que foi questionado pelo Vereador do meu Partido, Dr. Tito Evangelista, quando salientou que «era urgente que a Câmara Municipal notificasse o proprietário do terreno sito a sul dos antigos estaleiros, junto ao restaurante Mira Rio, dado que dá, pelo estado em que se encontra, uma péssima imagem, logo à entrada da cidade.» Ainda bem, que o problema foi novamente levantado, na Câmara... Ia acabar o raciocínio, concomitante com a leitura da resposta, quando estaquei no ponto final daquele parágrafo!

- O tal terreno não pode ser intervencionado, porque o PNLN tem colocado entraves, alegando que ali existem espécies protegidas, respondeu um Vereador da Edilidade.

- Senhor Presidente da Câmara,

Gostaria de saber que espécies protegidas são essas, se por acaso foi informado disso.”

Sendo, vinte e duas horas, por proposta do senhor Presidente, foram os trabalhos interrompidos para que os grupos parlamentares tomem posição sobre as votações dos assuntos agora trazidos no período de antes da ordem do dia.

Sendo vinte e duas horas e dez minutos foram os trabalhos retomados, estando presentes todos os membros que se encontravam no início da sessão.

Colocados à votação os assuntos trazidos no período de antes da ordem do dia, foram os seguintes os resultados das votações:

1 – VOTO DE PESAR:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SOGRO DO DEPUTADO MUNICIPAL ANTÓNIO MARANHÃO PEIXOTO, BEM COMO DELIBEROU QUE, DESTE VOTO, SEJA DADO CONHECIMENTO À FAMÍLIA DO FALECIDO. -----

2 – VOTO DE FELICITAÇÃO E CONGRATULAÇÃO

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, MANIFESTAR A SUA CONGRATULAÇÃO E FELICITAR O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO FERNANDO COUTO DOS SANTOS, PELA SUA NOEMAÇÃO COMO CÔNSUL HONORÁRIO DA FEDERAÇÃO RUSSA PARA O PORTO E NORTE DE PORTUGAL, BEM COMO DELIBEROU QUE, DESTE VOTO, SEJA DADO CONHECIMENTO OFICIAL AO SENHOR EMBAIXADOR DA FEDERAÇÃO RUSSA EM PORTUGAL. -----

3 – MOÇÃO “CONTRA AS PROPOSTAS DE REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO APRESENTADAS PELO GOVERNO PS”.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 15 VOTOS CONTRA, 1 VOTO A FAVOR E 19 ABSTENÇÕES, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

4 – PROPOSTA PARA “ORGANIZAÇÃO DE UMA AUDIÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO CONCELHO DE ESPOSENDE”.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 14 VOTOS CONTRA, 1 VOTO A FAVOR E 20 ABSTENÇÕES, REJEITAR A PROPOSTA APRESENTADA. -----

5 – RECOMENDAÇÃO “PARA QUE SE PROCEDA À SINALIZAÇÃO DE POÇOS EM CAMPOS AGRÍCOLAS”.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 20 VOTOS CONTRA, 10 VOTOS A FAVOR E 5 ABSTENÇÕES, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA.

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra porque entendemos que essa é uma matéria da competência da Protecção Civil, organismo que, certamente, estará atento a essa problemática”.

O deputado Orlando Capitão apresentou a seguinte declaração de voto:

“Embora reconheça o perigo da existência de poços sem qualquer protecção, votei contra, por entender que a generalidade desses poços estão localizados em propriedades particulares e que a sua inventariação, naturalmente difícil mas que considero indispensável, estará muito mais ao alcance das juntas de freguesia. Espero que as juntas se preocupem com isso e assumam esse encargo”.

6 – RECOMENDAÇÃO “PARA QUE NÃO SE ALIENEM OS EDIFÍCIOS DEVOLUTOS DA EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR E DO 1º CICLO E SE ASSEGURE A SUA UTILIZAÇÃO PARA FINS PÚBLICOS OU PELO MOVIMENTO ASSOCIATIVO”.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS CONTRA, 9 VOTOS A FAVOR E 4 ABSTENÇÕES, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA.

Orlando Capitão apresentou a seguinte declaração de voto:

“Votei contra por entender que esta recomendação pode constituir uma tentativa de interferência na gestão atribuída por lei ao Executivo Municipal.”.

Interveio o senhor Presidente da Câmara, tendo prestado um conjunto de esclarecimentos das iniciativas que têm sido tomadas pelos diversos presidentes das câmaras municipais abrangidas pela A28.

Continuando no uso da palavra deu a conhecer o contrato que foi celebrado com a LIPOR e a RESULIMA para recolha, deposição e Reutilização dos resíduos sólidos orgânicos, tendo ainda transmitido a todos os presentes o convite formulado pela LIPOR para que seja efectuada uma visita às suas instalações.

Relativamente à questão que havia sido colocada e relacionada com o “Kite Surf”, prestou os devidos esclarecimentos, designadamente acerca da entidade que, de início, colocou entraves à continuidade da prática desta modalidade na foz do rio Cavado, bem como qual foi a solução que entretanto foi encontrada.

Quanto á campanha de redução de resíduos sólidos informou que a câmara municipal lançou um concurso para a referida campanha, contudo, dada a muito fraca qualidade das propostas apresentadas, decidiu-se pela não adjudicação, estando agora o município a desenvolver esforços no sentido de que seja possível essa redução, contudo alertou também para o facto de, sendo o Município de Esposende um dos que apresenta um rácio de contentores e de ecopontos por habitante, tal facto também leva a que haja uma aumento da deposição de resíduos, embora se sinta orgulhoso pelo facto desse rácio elevado existir, informando que vai continuar a desenvolver-se esforços para que os municípios sejam cada vez mais contidos na produção de resíduos sólidos urbanos.

Seguidamente prestou esclarecimentos sobre a empreitada de construção de habitações sociais na Apúlia, tendo referido que, como é do conhecimento público, a câmara municipal entende que o terreno onde se iriam construir as habitações era domínio público municipal, de resto como decidiu o Supremo Tribunal Administrativo, contudo, atendendo a que os Baldios de Apúlia intentaram uma nova acção judicial no Tribunal Judicial de Esposende, e considerando que, à cautela, seria de todo o interesse não avançar com a obra, pelo menos naquele terreno, e considerando ainda que a acção pode arrastar-se por largos anos nos tribunais, entendeu a câmara municipal que deveria resolver o contrato celebrado com o empreiteiro e, quanto à indemnização referiu que, como deve ser do conhecimento dos senhores deputados, essa é uma obrigação legal resultante do regime jurídico das empreitadas de obras públicas, sendo certo que, caso a câmara municipal venha a ganhar a acção, o valor dessa indemnização, bem como o valor da candidatura perdida será também o valor que será exigido aos baldios de Apúlia pelo danos causados.

Quanto às espécies protegidos alegadamente existentes no terreno a que se referiu o senhor José Felgueiras, referiu que não é competência da câmara municipal ordenar a limpeza em terrenos inseridos em área do PNLN, tendo sido pois solicitado a este que notificasse os respectivos proprietários para efectuarem a limpeza, tendo então sido comunicado à câmara que, previamente a essa notificação o PNLN teria de aferir das espécies protegidas que ali possam existir.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, a propósito da qual se verificaram as seguintes intervenções:

De Manuel Carvoeiro que colocou as seguintes questões:

“Da míngua à fartura! É verdade. Durante muito tempo, V.ª Ex.ª limitou-se a apresentar a esta Assembleia parcas informações escritas. Desta vez ousou libertar a sua caneta e dilatar a escrita ao longo de 18 páginas. Só que o fez numa toada e estilo marcadamente apologético que denotam que a agenda eleitoral que se avizinha o preocupa, sobremaneira. No entanto, não verteu nas suas informações aspectos relevantes, os quais deveriam constar do elenco aqui em apreço. De facto, V.ª Ex.ª nada diz sobre o Estudo de Desenvolvimento Estratégico Turístico de Esposende que encomendou ao IPCA- Barcelos, o qual foi propagandeado até à exaustão nos jornais, na rádio e nos placards que outrora serviram para a campanha eleitoral do seu partido. Atento às contas do Município, este estudo custou muito dinheiro e sobre o mesmo nada se sabe. Mas a CDU exige que o trabalho realizado até ao momento seja do conhecimento público. Neste sentido, dirigirei um requerimento à Câmara. De resto, no que toca à realização de estudos e projectos, V.ª Ex.ª não se coíbe de os encomendar e anunciar em letras muito gordas. Já não é tão diligente na divulgação dos seus resultados.

Do mesmo passo, com a sua pena ou computador nada lavrou acerca da Galaicofolia. Porquê, Sr. Presidente? Então, uma iniciativa onde foram gastos 200mil euros não merecia uma linha que fosse, na sua dilatada informação escrita. Será que correu mal e, por isso, a prosa que viesse a verter sobre esta iniciativa mancharia o rumo apologético da sua informação escrita? Não acha que aqui e agora, nesta reunião da Assembleia Municipal, deveria fazer o balanço da iniciativa Galaicofolia. Afinal que balanço faz desta actividade?

Sr. Presidente da Câmara,

À corpulenta informação escrita, junta a contra-proposta da Câmara acerca da transferência de competências no domínio da educação do poder central para os municípios, mas era importante que também junta-se, para conhecermos tudo, a proposta do Ministério da Educação, o que seria bom faze-lo para um conhecimento cabal da matéria.

Não posso, desde já, deixar bem claro que a CDU entende e defende a descentralização como forma de adequar as respostas educativas aos contextos locais e de combater as desigualdades que resultam das diferenças económicas e sociais entre diversas regiões, considerando, pois, que a municipalização não é, seguramente, o melhor caminho para atingir tal desiderato, podendo esta via manifestar-se, até, num acentuar das assimetrias regionais, como de resto, tem acontecido noutros países. Não está em causa o papel das autarquias locais no processo educativo, mas, o procedimento sobre esta matéria, e sobre isto, gostava de saber se o Sr. Presidente concorda com esta nossa postura ou com o nosso posicionamento sobre a transferência e sobre a via de o fazer pela via da descentralização e não da municipalização.

A descentralização que preconizamos requer a criação de conselhos locais de educação que configurem verdadeiros espaços de participação efectiva de toda a comunidade educativa e dos órgãos autárquicos, mas com meios e poderes efectivos, pergunto-lhe Sr. Presidente o que acha deste posicionamento da CDU sobre a matéria? Defendemos, pois, conselhos municipais com capacidade executiva. De resto, a transferência de competências exigiria sempre a aprovação de uma Lei sobre a autonomia e financiamento das escolas que transfira poderes para os órgãos próprios dos estabelecimentos de ensino e dos conselhos locais de educação. Não podemos é aceitar transferências de competências num processo em que o ME procura, ainda que de forma velada, desresponsabilizar-se do financiamento das escolas, passando

para as câmaras municipais o odioso das dificuldades que virão. A Câmara Municipal não deve nunca aceitar a transferência das competências sem que exista um debate sobre a matéria na Assembleia Municipal

O caminho agora encetado é o primeiro passo para transferir para a alçada dos municípios as competências relativas ao pessoal docente, designadamente o seu vencimento, carreiras, avaliação do desempenho, o exercício da acção disciplinar, o que a CDU, rejeitará em absoluto.”

De Orlando Capitão cujo teor se transcreve:

“Relativamente à informação escrita do senhor Presidente da Câmara, gostaria de ser esclarecido em três dos seus pontos:

1.º - PARCERIA PARA RECOLHA DE ÁGUAS RESIDUAIS

Se a Empresa Municipal Esposende Ambiente celebrou com as Juntas de Freguesia do concelho protocolos de delegação de competências para a recolha de águas residuais através de cisterna e sua incorporação nos colectores municipais, porque é que os utilizadores de fossas sépticas, que não disponham de rede de saneamento, têm de solicitar junto da EAmb o serviço de recolha e transporte de águas residuais e não o podem solicitar directamente na sua Junta de Freguesia?

A ideia destes protocolos é boa, mas a forma como se pretende pô-la em prática não simplifica coisa nenhuma. Se a competência é delegada na Junta de Freguesia porque não pode o pedido desse serviço ser apresentado na Junta?

2.º - CENTRO DE VENDA DE PRODUTOS HORTÍCULAS EM APÚLIA

Informa o senhor Presidente da Câmara que o Município adquiriu, já, o terreno para a construção de um Centro de Venda de Produtos Hortícolas em Apúlia e que está a desenvolver o projecto para a construção das infra-estruturas necessárias.

Pergunto: A quem vai pertencer esse Cento? Vai ser propriedade do Município? E quem o vai gerir? Vai ficar integrado ou ligado à Cooperativa Agrícola de Esposende? Vai funcionar em termos idênticos ao Centro de Venda de Produtos Hortícolas de Belinho?

Quando se diz que esse Centro “vai permitir criar melhores condições para a comercialização dos produtos hortícolas, que actualmente se verifica nas bermas das estradas” parece admitir-se a ideia de que se pretende criar um mercado municipal para a transacção desses produtos. Será isso? Não me parece. Além disso, o trânsito que se regista na estrada não vai passar pelo Centro de Venda.

3.º - TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO

Um número considerável de municípios assinou recentemente protocolos para a gestão de escolas.

O senhor Presidente da Câmara informa que Esposende não o fez por não ter sido aceite pela DREN a proposta que fizera com vista a obter uma maior definição do modelo de transferência a efectuar e a garantia de ressarcimento dos encargos dela resultantes.

Penso que, não obstante a necessidade de se obter total esclarecimento das questões levantadas, o município de Esposende não poderá alhear-se da gestão e do funcionamento das escolas que vão contribuir para a formação dos seus munícipes. As câmaras municipais estão mais próximas das suas escolas e da população estudantil que as frequenta do que qualquer organismo do Estado.

Mas também não posso deixar de considerar muito estranho que o Governo, reconhecendo isso, tenha procurado organizar ou reorganizar o campo escolar, algumas vezes contra a vontade expressa dos municípios, e depois lhes passe a responsabilidade pela sua gestão. Se o Governo reconhece que as Câmaras municipais reúnem melhores condições para gerir as escolas, deveriam mantê-las presentes em todo o processo – incluindo o da localização das respectivas instalações.”

De João Nunes que a seguir se transcreve:

“Depois da folia de centenas de milhares de euros que esvoaçaram por montes e vales em troca de momentos musicais, umas vezes bem conseguidos e outras nem por isso, com adesão do público, umas vezes em número razoável e noutras muito longe do desejável e do necessário, fomos tentados a apelidar o Município de Esposende de “ostentação de riqueza”, num Concelho com muitas carências.

Entendemos no entanto que os falhanços deste ano, ainda que muito dispendiosos, ao não permitir ao Município, conseguir alcançar os objectivos anunciados, não por falta de dinheiro disponível, dos nossos impostos, admitimos no entanto que foram fruto da inexperiência, que dará o ensinamento necessário para que no próximo ano, havendo dinheiro, se consiga alcançar algum sucesso.

Ostentação publicitária, a nosso ver enganosa, tem sido o bombardeamento, nos órgãos da comunicação social, onde alguns, até chegam a ser “mais papistas que o papa”.

Senhor Presidente da Câmara, acredite que não quero acreditar que o Senhor Presidente da Câmara acredite naquele disparate que afirma terem sido poupados 1 milhão de metros cúbicos de água nos anos de vida da Esposende Ambiente, resultante do combate às perdas de água na rede, e cuja poupança equivaleria a 400 mil euros.

Não se trata de uma questão de fé – acreditar –, mas de um acto de inteligência, bom senso e humildade suficiente para um pedido de desculpas pelo embuste da notícia.

Além do mais, como é possível que alguém poupe hoje o que desperdiçou em anos anteriores? O que se desperdiçou, desperdiçado está.

Se um jogador de casino, numa noite perder mil euros, e no dia seguinte perder 700 euros, não vai com certeza esfregar as mãos de contente e dizer que acabou de poupar 300 euros. O que tem a dizer, tal como a Esposende Ambiente o deveria dizer, é que está a perder menos.

Senhor Presidente da Câmara, Vossa Excelência sabe e Nós também, que a água comprada por ano, ronda os 2 milhões e 400 mil metros cúbicos.

V.Exca. sabe e Nós também, que a água não facturada, portando desperdiçada, em cada um dos 3 anos da Esposende Ambiente, foi em média, de 614 mil metros cúbicos da água.

Nós sabemos e V.Exca. também sabe, que em termos percentuais, nos anos de, 2005, 2006 e 2007, as taxas médias de perdas de água se situaram nos 25,37% /ano.

E estes números não podem ser desmentidos, nem pelo Conselho de Administração da Esposende Ambiente nem pela Câmara Municipal de Esposende, detentora de 100% do capital da citada empresa municipal.

Não nos custará aceitar que neste ano de 2008, a Esposende Ambiente possa baixar dos tais 25% para os 15%, o valor de perdas de água.

Neste caso e até ao próximo Relatório de Contas, podemos acreditar – e aqui, já é uma questão de fé - que tal desiderato seja atingível, mas isso poderá significar, a ser verdade, uma redução do desperdício de água durante este ano de 2008, de cerca de 240 mil metros cúbicos. Não encherá as publicitadas 1.600 piscinas, mas dará para 384 piscinas. O que não deixará de ser muito bom.

Quanto à suposta e imaginária poupança dos também publicitados 400 mil euros, era bom que tal tivesse acontecido.

Dessa forma, o Resultado do 1º semestre de 2008 da Esposende Ambiente, não seria negativo, como foi, na ordem dos 95 mil euros.”

De Pedro Saleiro que questionou sobre qual foi a metodologia de negociação do protocolo de transferência de competências, em matéria de educação, para as câmaras municipais.

Interveio o senhor Presidente da Câmara que referiu:

“Dr. Carvoeiro. Ao fazer referência à dimensão da informação escrita não foi propriamente correcto, porque se vir a informação escrita da última Assembleia ela já tem mais ou menos a mesma dimensão, e eu fui de encontro aquilo que tantas vezes aqui foi dito, que a informação escrita que era pequena que tinha pouca coisa, e eu agora estou a fazer um esforço no sentido de colocar o máximo de informação, por isso, dizer que esta é diferente das outras não é propriamente correcto.

Quanto à questão do Estudo do Turismo, o que eu disse aqui na penúltima Assembleia, é que era a minha literatura de cabeceira, e o que lhe posso dizer é que da análise que fizemos ao documento, chegamos à conclusão que ele está incompleto, e depois de uma reunião com o IPCA, transmitimos isso mesmo e portanto o que o IPCA está a fazer neste momento é, dentro da nossa perspectiva que deve ser um estudo estratégico, está a trabalhar na sua conclusão para voltar a apresentar à Câmara para analisarmos. Se acharmos que já está dentro daquilo que nós esperamos, então passamos à sua apresentação pública e discussão final, se continuarmos a achar que não está dentro daquilo que queremos, voltamos a devolver, porque nós propagandamos mas nunca conseguiremos propagandear tanto na comunicação social aquilo que fazemos como por exemplo o Sr. Doutor Carvoeiro propagandeia as suas intervenções que faz nesta Assembleia Municipal, porque quando chegar a casa ou amanhã de manhã já está a mandar para todos os órgãos de comunicação social as suas intervenções, porque acusa os outros de propagandear as coisas e não se olha ao espelho. Mas como nós encomendamos o estudo, adjudicamos, pagamos mas queremos qualidade é por isso que temos este grau de exigência.

Relativamente à falta de referência ao Galaicofolia, para quem se estava a queixar que a informação escrita já tinha muitas páginas ainda queria mais informação, por isso teriam sido mais páginas, mas a questão não é essa, a questão da Galaicofolia é que anda tudo muito nervoso com a Galaicofolia, eu já percebi que anda por aí muita gente nervosa, como anda muita gente nervosa e nós quando quisermos falar do Galaicofolia, queremos falar com dados concretos, com um levantamento rigoroso exaustivo quer no plano financeiro quer no plano dos resultados, porque lançou aqui uma verba que foi gasta com o Galaicofolia mas também há uma verba que foi arrecadada com o Galaicofolia, portanto o que os serviços estão a fazer neste momento é fazer um levantamento rigoroso exaustivo e a preparar um relatório

relativamente ao Galaicofolia e depois será obviamente fornecido a todos os eleitos que pretendam analisar e poderá ser discutido aqui posteriormente.

Finalmente quanto à questão do Protocolo ou do Contrato com o Ministério da Educação, isto é transversal uma vez que praticamente todos os intervenientes aqui falaram dele, o que acontece é o seguinte, aquilo que eu disse na abertura do ano escolar é que a Câmara estava naquele momento num processo de discussão, negociação como quiserem chamar, com o Ministério da Educação, nomeadamente com a DREN e aquilo que eu lá disse é que a Câmara só assinaria o Contrato se tivéssemos a certeza que estavam salvaguardados os interesses do Município e das Escolas, foi isso que eu disse exactamente, não há aqui mais nenhuma confusão. Esta última proposta que acabou por ser apresentada pelo Ministério da Educação, na nossa perspectiva, ficou muito aquém daquilo que seria desejável, porque o que acabou por ser proposto aos municípios não é mais que os municípios se transformarem em pagadores de salários do pessoal não docente e em reparadores dos equipamentos escolares, basicamente é isto. Porque o Enriquecimento Curricular nem precisa de estar lá porque é um contrato à parte, a Acção Social Escolar acabou por sair, portanto, basicamente o que aqueles Municípios que não foi num número significativo, em 308 Municípios penso que foram 81 os que assinaram, e por isso os Municípios que assinaram vão ser agora pagadores de salários e não está salvaguardado que o Município seja ressarcido de todos os encargos que se tem com pessoal e depois o que vão fazer é reparar as escolas com 1600 euros por mês por escola, assumir um conjunto de reparações, que nem sequer está claro que tipo de reparações são e depois que no final do ano ou mesmo a meio do ano houvesse um acerto de contas, se o Município conseguisse provar que teve um encargo superior aos 20.000 euros por escola e por ano que fosse também ressarcido desse valor, no fundo até eram pequenas coisas que nós estávamos convencidos que podíamos propor, porque eu e a Senhora Vereadora estivemos numa reunião e a ideia com que sai dessa reunião na DREN era que a Câmara poderia fazer uma contraproposta à minuta do contrato que nos tinha sido apresentado e foi isso que nós fizemos. E aquilo que nos comunicaram é não aceitavam qualquer alteração e que tinha que ser exactamente o que estava na minuta fornecida pela DREN e porque nós entendemos que não estavam salvaguardados desde logo os interesses do Município, porque isto pode trazer encargos, e estou convencido disso, muito significativos para os Municípios, essa foi a razão porque não assinamos.

Respondendo já directamente ao Dr. Pedro Saleiro, porque estou a falar deste assunto, foram três a quatro dias de pressão e está aqui o Sr. Losa Esteves que pode confirmar, nós recebemos em dois ou três dias duas ou três versões, relativamente às quais tinha de haver logo decisão, trocavam-se telefonemas e que tinha que ser logo decidido, ou seja, são decisões de extrema importância e era um risco muito grande para a Câmara estar a tomar sozinha sem previamente discutir de uma forma mais abrangente o assunto.

Quanto às questões levantadas pelo Dr. Orlando Capitão relativamente à recolha das águas residuais. Nós fizemos Protocolos de Delegação de Competências, porque a nova Lei é extremamente rígida, só as Entidades Gestoras dos sistemas é que podem fazer esse tipo de serviço, inicialmente nem nos queriam autorizar a fazer os Protocolos de Delegação de Competências com as Juntas, só que a empresa Municipal tem que obedecer a um conjunto de requisitos, o valor mínimo que teria que cobrar às pessoas seria sempre um valor superior aquele que as Juntas de Freguesia conseguem praticar, e por isso, nós insistimos para que pelo menos nas freguesias onde a rede de saneamento ainda é reduzida ou não há rede, que as

Juntas o pudessem fazer, e penso que não será taxativo que os pedidos tenham que ser feitos directamente na Esposende Ambiente, podem ser feitos directamente nas Juntas de Freguesia, não há essa burocracia.

Quanto ao Centro de Produtos Hortícolas, não tem nada a ver com a Cooperativa Agrícola, são coisas distintas e não tem nada a ver com o Centro de Recolha de Belinho, aliás nós deliberamos aqui na última Assembleia declarar Interesse Municipal a construção de um Centro de Recolha em Apúlia da Cooperativa idêntico ao de Belinho, este não, o que nós pretendemos fazer, como sabe, principalmente em Apúlia e Fão, nós temos e assistimos principalmente ao fim de semana muita gente a vender na berma das estradas e nós temos que ser claros como a água, isto é ilegal, por isso eu acho muito estranho como vi em alguma comunicação social, algumas declarações de pessoas que estão a exercer essa actividade acharem-se cheias de direitos e de exigir e reivindicar, aquilo que a Câmara deveria fazer, era comunicar às entidades competentes e mandar tirar de lá toda a gente até porque há problemas complicados de segurança rodoviária, mas nós não queremos fazer isso e temos consciência que aquilo é uma actividade não principal mas complementar de muitos agregados familiares e nos tempos que correm todas as ajudas são bem vindas e então nós estamos a ter a preocupação de criar um espaço onde de uma forma legal e com condições para quem vende e para quem compra se possam instalar, estarem devidamente organizados, devidamente gerido - vai ser organizado pela Câmara Municipal como é obvio, mas dentro da Lei e retirando da berma da estrada para acabar com os problemas que daí advêm.

Para terminar e sobre a intervenção do Sr. Deputado João Nunes, respondendo à provocação inicial, devo-lhe dizer e provo com números, a Câmara de Esposende neste verão que teve uma actividade muito intensa ao nível de actividades culturais não gastou em nenhum espectáculo tanto como o Governo gasta em cada sessão de apresentação de medidas, a média de gastos do Governo é de cinquenta mil euros por cada sessão daquelas e nós nem de perto nem de longe gastamos tanto como o Governo gasta naquele tipo de sessões sucessivas e sistemáticas de apresentação de medidas até porque essas medidas tem a primeira versão, segunda versão e terceira versão e também já nos habituamos a isso.

Sobre a questão principal, e tem que assumir isso, tudo que tem à frente escrito Esposende Ambiente faz com que distorça logo tudo e fica logo condicionado na sua análise, eu não consigo perceber e aliás peço sendo um desafio que lhe faço, para que nos possamos sentar na Esposende Ambiente para lhe mostrar os números, porque eu não consigo perceber a análise que fez, os dados que nós publicitamos, que aliás deve ser um motivo de orgulho para todos os Esposendenses, porque estar na vanguarda daquilo que é a boa gestão do sistema de abastecimento público de água, eu desafio para que por esse país fora encontre mais sistemas com este rigor de gestão do desperdício e por mais que tente não consigo perceber as contas que fez e faço questão depois de consigo vermos esses dados, porque os dados que nós lançamos são reais e que actualizamos mensalmente e há uma questão mais técnica sobre o tipo de desperdício, há as perdas que não é a mesma coisa que água não facturada são coisas distintas. Por isso continuo a achar que será o facto de aparecer o nome Esposende Ambiente que o leva logo a ter dificuldade de análise, mas também lhe digo uma coisa, disse aqui utilizando uma expressão do género - depois deve ter a coragem de pedir desculpa por este embuste da notícia que lançou, e eu assumo aqui que se os dados estiverem errados, eu peço desculpa, não foi intencional e por isso terei de pedir responsabilidades a quem nos forneceu, mas também terá que pedir desculpa se os dados estiverem correctos”.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

03.01 – ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2008 – PARA APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e três de Julho e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE JULHO. Abstiveram-se os senhores deputados Manuel Carvoeiro, Luís Basto e Losa Esteves por, conforme declararam, não terem estado presentes. -----

03.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

03.03 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - 1.º SEMESTRE DE 2008 - PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente em Sessão o relatório de Informação sobre a situação Económica e Financeira do Município de Esposende enviado à Assembleia Municipal de Esposende pelo Auditor Externo. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.04 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE VILA CHÃ / FORJÃES - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO - PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia sete de Agosto de 2008, foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, para que a Assembleia Municipal rectifique a deliberação tomada na Sessão de 14 de Junho último relativa ao Plano de Urbanização do parque Empresarial de Vila Chã / Forjães. Foi ainda presente na Sessão, ofício da CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, relativo à suspensão parcial do PDM. Fica arquivada cópia dos mesmos

junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto, Orlando Capitão que fez a seguinte intervenção que a seguir se transcreve:

“Porque considero que importa aprovar e pôr, o mais rapidamente possível, em execução, as medidas preventivas propostas, vou votar favoravelmente e não vou comentar a opinião da CCDRN, o que poderia fazer com razões de ordem legal, de ordem prática e até de lógica.”

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RETIFICAR A DELIBERAÇÃO TOMADA NA SESSÃO DE 14 DE JUNHO, RELACIONADA COM O ASSUNTO EM TÍTULO, NO SENTIDO DE ALI DEIXAR DE CONSTAR QUE SE SUSPENDE O PLANO DIRECTOR MUNICIPAL NA ÁREA ABRANGIDA PELO PLANO A ELABORAR. -----

03.05 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO - INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS - PROPOSTA. -----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 11 de Setembro de 2008, solicita à Assembleia Municipal que esta autorize o Município de Esposende a integrar a Comunidade Intermunicipal do Cávado. Foi ainda presente na Sessão, proposta de Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Cávado. Fica arquivada cópia dos mesmos junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto, Orlando Capitão que fez a seguinte intervenção que a seguir se transcreve:

“O Grupo Político do CDS/PP vai votar favoravelmente esta proposta, por considerar que da integração do Município de Esposende na Comunidade Intermunicipal do Cávado podem advir grandes vantagens.

Pensamos, no entanto, que este assunto deverá merecer, oportunamente, desta Assembleia profunda reflexão e um debate muito aberto.

A constituição destas unidades territoriais parece não passar de uma regionalização em miniatura, constituindo, embora com o acordo dos municípios, verdadeiras unidades de gestão, a nível superior aos municípios, com órgãos próprios (deliberativo e executivo) e um quadro de pessoal próprio. Dado o número dessas unidades previstas para todo o continente, a composição dos seus órgãos e o funcionamento dos seus serviços, os seus encargos financeiros talvez ultrapassem os que resultariam de uma verdadeira regionalização.

É curioso verificar que a distribuição destas unidades territoriais é feita por cinco regiões: Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa e Vale do Tejo, Região do Alentejo e Região do Algarve.”

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE A INTEGRAR A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, BEM COMO APROVAR OS RESPECTIVOS ESTATUTOS. -----

03.06 - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM - PROPOSTA. -----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 11 de Setembro de 2008, solicita à Assembleia Municipal que fixe a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2009. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR EM 0,25% A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2009.

Votou contra Manuel Carvoeiro, tendo-se verificado ainda 7 abstenções e 27 votos a favor. ----

03.07 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - PROPOSTA. -----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 11 de Setembro de 2008 solicita à Assembleia Municipal que fixe a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2008, relativa aos Prédios Urbanos em 0,7%, Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI em 0,4% e uma majoração em 30% da taxa para os Prédios Urbanos Degradados. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR E 12 VOTOS CONTRA, APROVAR A PROPOSTA E, ASSIM, FIXAR PARA O ANO DE 2008, EM 0,7% A TAXA DE IMI PARA OS PRÉDIOS URBANOS, EM 0,4% PARA OS PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO CIMI, BEM COMO UMA MAJORAÇÃO DE 30% PARA OS PRÉDIOS URBANOS DEGRADADOS.

O grupo parlamentar do PS apresentou a seguinte declaração de voto:

“Em alternativa à proposta apresentada pela Câmara Municipal, quanto às Taxas a aplicar em IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis -, o Partido Socialista defende as seguintes Taxas

<i>1 - Prédios urbanos</i>	<i>0,6%</i>
----------------------------	-------------

- 2 - Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,3%
3 - Majoração aplicável aos prédios urbanos degradados
Majorar a Taxa em 20%

Conscientes que esta nossa proposta poderá representar uma diminuição de receita anual, na ordem dos 300 mil euros, a aprovação destas taxas, servirá para minorar as dificuldades da população do nosso Concelho, que continua a suportar elevadas taxas e tarifas, cobradas pelo Município.”.

O deputado Manuel Carvoeiro apresentou a seguinte declaração de voto:

“Voto contra porque, num quadro de grandes dificuldades económico-financeiras de largas franjas da população, a manutenção das taxas apresentadas agravará, ainda mais, tais dificuldades.

De resto esta tem sido a posição da CDU nos anos anteriores.”.

O deputado Orlando Capitão apresentou a seguinte declaração de voto:

“De acordo com as nossas intervenções, em anos anteriores, voltamos a defender uma diminuição da taxa do IMI, neste Município.

Como tem sido evidenciado pelas contas dos últimos anos, continua a crescer o produto da receita proveniente da cobrança desta taxa, quando todos sabemos que a crise económica não para e que crescem, talvez ainda mais, as dificuldades financeiras dos cidadãos.

Quando alguns municípios baixam a taxa do IMI e até do IRS (por exemplo, Aveiro e Oeiras baixaram o IMI em 25%), era mais que justo que o Município de Esposende fizesse o mesmo. Não podemos concordar, por isso, com as taxas propostas, pelo que vamos votar contra.”.

03.08 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS - REVISÃO ORÇAMENTAL - PROPOSTA. --

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de Setembro de 2008, foi presente na sessão proposta desta, com o seguinte teor:

“Atendendo a que a gestão dos documentos previsionais é uma actividade contínua, o que implica constantes actualizações dos mesmos e a sua adaptação a eventuais mudanças, verifica-se a necessidade de proceder a determinados acertos orçamentais.

Assim, é conveniente proceder ao ajustamento dos vários documentos previsionais à situação actual da Câmara Municipal, designadamente através de uma Revisão dos documentos previsionais, a qual assenta no seguinte:

No Orçamento da Receita:

Procede-se à diminuição das receitas consignadas, nomeadamente, transferências de capital e empréstimos de médio e longo prazo, previstas para financiamento de projectos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos. Devido à reformulação deste Plano em termos da sua execução física e financeira, vários encargos foram transferidos para o próximo ano.

Procede-se também à diminuição da receita prevista para a venda de terrenos a sociedades e quase - sociedades não financeiras.

No Orçamento da Despesa:

Procede-se à imputação das modificações verificadas no Plano de Actividades Municipais e no Plano Plurianual de Investimentos.

No Plano de Actividades Municipais:

Procede-se à diminuição de projectos que apresentam dotação em excesso face aos encargos previstos para o corrente ano, nomeadamente nos seguintes casos: “Construção de capelas mortuárias”; e “Projecto Municipal de Luta Contra a Pobreza”.

Procede-se ainda à anulação dos projectos “Ampliação e Requalificação de Cemitérios” e “Apoio ao desenvolvimento comercial”.

No Plano Plurianual de Investimentos:

Procede-se à diminuição dos projectos com o montante, conforme o cronograma financeiro de execução de obra, não terão execução financeira no corrente ano, tendo sido transferidos esses montantes para o ano seguinte, nomeadamente nos seguintes casos: “Centro Interpretativo do Castro de S. Lourenço”; e “Centro de Educação Ambiental.

Diminuem-se também projectos que apresentam dotação em excesso face aos encargos previstos, nomeadamente, “Arranjo urbanístico da envolvente à Igreja Paroquial de Antas” e “Arranjo paisagístico da envolvente à Capela da Sr.ª da Guia – Belinho”.

Transferem-se para o próximo ano as verbas de projectos com e sem receitas consignadas que não irão ter execução física e financeira em 2008, mormente : “Centro Educativo de Fão”; “Parque de Estacionamento do Centro de Saúde”; “Requalificação Urbana da Av. Eng. Arantes de Oliveira”; “Arranjo urbanístico do Largo Dr. Fonseca Lima”; “Arranjo Urbanístico da Frente de Mar de Apúlia - 2ª Fase”; “Ampliação do Posto Náutico de Gemeses”; “Centro de Vendas de Produtos Hortícolas”; “Variante de Fão”; “Centro de Acolhimento ao Visitante”; e “Plano de Valorização Turística dos Moinhos da Abelheira”.

Procede-se ainda à anulação dos projectos “Projecto Espodigital”, “Serviço de protecção civil” e “Supressão de barreiras urbanísticas”.

*Nestes termos, **PROPONHO** a aprovação da revisão aos documentos previsionais para o corrente ano, conforme documentos em anexo, bem como o seu envio, para os devidos efeitos, à Assembleia Municipal.” -----*

Foi ainda presente na Sessão, mapas demonstrativos das modificações efectuadas aos documentos previsionais. Fica arquivada cópia dos mesmos junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período da discussão do presente assunto, Orlando Capitão fez a seguinte intervenção:

“Verifico que foram retiradas verbas de alguns projectos que não irão ter execução física e

financeira no ano corrente. Destaco apenas aquele que, em meu entender, talvez entristeça mais a gente de Esposende: o arranjo urbanístico do Largo Dr. Fonseca Lima, obra indispensável à dignificação do coração da Cidade.

Para tal não existe ainda projecto definitivo? Ou apenas falta dinheiro?

Ao referir este Largo, atrevo-me a perguntar ao senhor Presidente da Câmara onde está a fonte no Largo Fonseca Lima, a que alude o auto de recepção definitiva, homologado por deliberação da Câmara Municipal de 31 de Julho de 2008, cujos trabalhos foram, então, definitivamente recebidos.

Tenho passado por lá muitas vezes e nunca vislumbrei tal fonte.

Por sentir alguma dificuldade em aceitar uma gestão orçamental que acaba por impor a alteração proposta, o Grupo Político do CDS/PP vai abster-se.”.

Manuel Carvoeiro fez também a seguinte intervenção:

“1.º - A proposta demonstra o irrealismo, a fragilidade até do orçamento.

2.º - Refere a retracção das receitas arrecadadas mas um quadro de grandes dificuldades, então não era previsível essa redução de receitas?

3.º - Mesmo, assim, Sr. Presidente, a Câmara não se inibiu de gastar, 200 mil euros em iniciativas como a Galaicofolia e 100 mil euros com o Festival de Verão.

4.º - Não estou contra essas iniciativas, não, mas há um problema de escala.

5.º - Entretanto são retiradas ou reduzidas obras fundamentais como o Centro Educativo de Fão, o Mercado de Hortícolas, o arranjo da zona dos Moinhos da Abelheira, porque não tem dinheiro. No entanto sobre estas obras, falou apresentou-as, numa lógica, está claro de propaganda e com grandes parangonas. Falou do que afinal, por enquanto não vai realizar e portanto manda algumas delas certamente para as calendas”.

Interveio seguidamente João Nunes, tendo efectuado a seguinte intervenção:

“Não abordaremos o conjunto de Investimentos atirados para o ano seguinte, pelo facto de V.Exca. reconhecer nesta Assembleia, que não tem dinheiro para essas obras. É verdade que a crise quando chega, chega para todos, e esse reconhecimento público é suficiente para nós.

Não deixaremos, de abordar o seguinte problema:

Em Dezembro passado, aquando da discussão do Orçamento para o corrente ano, constatamos e louvamos, a inclusão de 100 mil euros no “Projecto Municipal de Luta contra a pobreza”.

Exortamos até o Município, a reforçar tal verba, se necessário, devido à conjuntura e à vida difícil que então se vivia, e continua a viver, com especial destaque para as famílias mais desfavorecidas.

Constatamos hoje, Setembro de 2008, que são retirados àquele projecto, 75 mil euros, permanecendo até final de ano, os remanescentes 25 mil euros.

Ora tal como em 2007, onde não foi atribuído um cêntimo no “Projecto Municipal de luta contra a pobreza”, também neste ano de 2008, nem um cêntimo foi aplicado neste Projecto.

Daí, e com todo o respeito, gostaríamos de perguntar:

Existe ou não o tal “Projecto Municipal de luta contra a pobreza” ou será que não há pobres no Concelho de Esposende?”.

Interveio o senhor Presidente, tendo efectuado as seguintes declarações:

“Sobre o Largo Fonseca Lima e respondendo ao Dr. Orlando Capitão, a fonte de facto está lá, não está é a funcionar, deve-se lembrar com certeza que já funcionou, mas essa fonte existiu foi construída por isso tem que haver recepção.

Relativamente à intervenção e respondendo ao Dr. Carvoeiro, às vezes fico na dúvida se é falta de conhecimento ou se é puramente estratégia política, não é correcto, não é verdade nem sério chegar aqui e dizer que a Câmara vai mandar para as calendas ou já não vai fazer o Centro Educativo de Fão, não é sério dizer isto, até porque o Centro Educativo de Fão está ser feito o projecto, não está ainda concluído, temos o estudo prévio que aliás havia dúvidas se tinha ou não que ser aprovado pela DREN, tendo-nos sido dito que a DREN não se pronuncia sobre os projectos desde que cumpram a legislação, agora temos que fazer o projecto de arquitectura, projectos de especialidades e projecto de urbanização e isto demora no mínimo dois a três meses, estando eu mesmo a ser muito optimista, portanto estamos a falar que para acabar o projecto, lançar o concurso público e adjudicar, não conseguimos fazer isto em menos de cinco meses, se nós deixássemos ficar no Plano e Orçamento de 2008 é que nós estávamos a enganar as pessoas, isto aplica-se ao Centro Educativo de Fão como se aplica aos outros, nós estamos a retirar as obras porque não vão ter execução financeira este ano e não por não haver dinheiro porque algumas delas mesmo que comecem este ano não vão ter facturação. Agora chegar aqui e dizer que já não se vai fazer ou que se andou a enganar as pessoas não é verdade, depois outra coisa que também é preciso que se diga, chegar aqui e dizer que já na altura tinham alertado que a receita não podia ser esta porque a crise estava aí, o Dr. Carvoeiro sabe como é que se define a receita que se coloca no orçamento por exemplo do IMT e do IMI? Não sabe pois não? Mas eu vou-lhe explicar, de acordo com o POCAL faz-se a média dos dois últimos anos, não se inventa, é técnico.

Para terminar, o Projecto de Luta Contra a Pobreza é um projecto no qual se tem estado a trabalhar no âmbito da Rede Social, ouve um trabalho muito exaustivo que foi feito de levantamento social do Concelho, diagnóstico, preparação do plano de intervenção mas para se avançar com o Projecto de Luta Contra a Pobreza tem que ser regulamentado porque a Câmara legalmente não pode dar dinheiro às pessoas para recuperar casas, por isso é necessário fazer um Regulamento, já temos uma minuta mas há algumas coisas que eu quero alterar, quando estiver concluído é necessário levar à Câmara, seguidamente para discussão pública e posteriormente à Assembleia Municipal e quando estiver aprovado avançamos, ou seja, é a mesma coisa que anteriormente falei, não temos tempo de aprovar o Regulamento por isso não é necessário ter lá a verba se já não vamos executar este ano.”

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR, 2 VOTOS CONTRA E 10 ABSTENÇÕES, APROVAR A REVISÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2008 NOS TERMOS APRESENTADOS.

O deputado Losa Esteves apresentou a seguinte declaração de voto: “Voto contra pelo facto de se terem criado expectativas na população de Marinhas de que os Moinhos da Abelheira iriam

ser finalmente intervencionados e, afinal, acabam agora por ser retirados do Plano.”. -----

03.09 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: _____

Não se verificou qualquer intervenção. -----

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público não se tendo inscrito qualquer cidadão. -----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES. -----

---Sendo zero horas e cinco minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ESPOSENDE**

**ACTA
Nº 06/2008**

**SESSÃO ORDINÁRIA
29 de Setembro de 2008**